

「 DOCUMENTO DO EIXO TEMÁTICO 」

INCLUSÃO E EQUIDADE EDUCACIONAL



Data de atualização: 05/2019

SITEAL | INCLUSÃO E
EQUIDADE EDUCACIONAL



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Instituto Internacional de
Planejamento Educacional
IIPE UNESCO Buenos Aires
Escritório para a América Latina

Inclusão e equidade educacional

Durante as duas últimas décadas, os países latino-americanos avançaram na expansão de seus sistemas educacionais. A proporção de crianças que iniciaram suas trajetórias escolares durante a primeira infância e terminaram o nível médio aumentou consideravelmente em praticamente todos os países da região. No entanto, as desigualdades associadas à condição socioeconômica, étnica e geográfica de residência ainda são muito pronunciadas, embora tenham sido reduzidas.

Um fator que afeta a redefinição dos desafios que cada país enfrenta é a tendência sustentada de ampliar o período de tempo obrigatório de escolarização. O último ano do nível inicial é obrigatório em praticamente todos os países da região. A Venezuela (República Bolivariana da Venezuela) foi pioneira em estabelecer a obrigatoriedade da pré-escola (para crianças de 5 anos) em 1980, enquanto a Argentina, Guatemala, Colômbia e Panamá o fizeram no início da década de 1990. El Salvador, República Dominicana, Paraguai e Uruguai implantaram a medida durante o período 1996-1998; Peru e México entre 2003 e 2004; e Nicarágua e Bolívia antes do final dos anos 2000. Costa Rica, Equador, Honduras, Brasil e Chile foram os últimos países da região a estabelecer o caráter obrigatório do último ano do nível inicial.

Em relação ao nível secundário superior, a Venezuela estabeleceu sua obrigatoriedade em 1999. Chile e Peru, em 2003. Argentina, em 2006. Equador, em 2008. Bolívia, Brasil e Uruguai, em 2009. República Dominicana e Paraguai, em 2010. Honduras e Costa Rica, em 2011. México, em 2012.

Marco regulatório e programático. Anos de estabelecimento da obrigatoriedade do nível inicial e da secundária superior. América Latina, 19 países

País	Plano de Educação	Lei Educacional			Ano em que se estabelece a obrigatoriedade do...	
		Denominação	Ano de...		Nível inicial	Secundária superior
			Publicação	Última modificação		
Argentina	"Argentina Enseña y Aprende" ("Argentina Ensina e Aprende", em tradução livre). Plano Estratégico Nacional 2016–2021	Lei nº 26.206/2006 de Educação Nacional	2006	2015	2015 (4 anos)	2006
		Lei nº 27.045/2014. Declara obrigatória a educação inicial para crianças de quatro anos.	2015	n/c		
Bolívia (EP)	Plano Setorial de Desenvolvimento Integral da Educação para o Bem Viver 2016–2020	Lei nº 070/2010. Lei da Educação "Avelino Siñani - Elizardo Perez"	2010	n/c	2010 (4 e 5 anos)	2009
Brasil	Plano Nacional de Educação 2014–2024	Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	1996	2018	2009 (4 e 5 anos)	2009
Chile	Plano de Garantia da Qualidade Escolar 2016 – 2019	Lei nº 20.370/2009 Lei Geral da Educação	2009	2010	2013 (5 anos)	2003
	Plano de Melhoramento Educacional 2017	Lei nº 20.710/2013. Reforma Constitucional que estabelece a obrigatoriedade do segundo nível de transição	2013	n/c		
Colômbia	Plano Nacional Decenal de Educação 2016–2026, "Un camino hacia la calidad y equidad" ("Um caminho em direção à qualidade e equidade")	Lei nº 115/1994 Lei Geral da Educação	1994	2017	1994 (5 anos)	n/c
Costa Rica	Política Educacional "La persona: centro del proceso educativo y sujeto transformador de la sociedad" ("A pessoa: centro do processo educacional e sujeito transformador da sociedade") - Ministério da Educação Pública, Conselho Superior de Educação	Lei nº 2160. Lei Fundamental da Educação	1957	2001	2015 (4 e 5 anos)	2011
		Constituição Política art. 77 e 78 educação básica e a obrigatoriedade do nível pré-escolar	1949	2015		
Cuba	<i>Não há registro</i>	Lei de Nacionalização Geral e Gratuita do Ensino/1961	1961	n/c	n/c	n/c
Equador	Plano decenal de educação do Equador 2006–2015	Registro Oficial nº 417/2011 Lei Orgânica de Educação Intercultural (LOEI) e seu Regulamento Geral	2011	2016	2011 (3 a 5 anos)	2008
	Proposta da comunidade educacional ao Novo Plano Decenal de Educação 2016–2025					
El Salvador	Plano "El Salvador educado. Por el derecho a una educación de calidad" ("El Salvador educado. Pelo direito a uma educação de qualidade")	Decreto nº 917/1996, Lei Geral de educação	1996	2011	1996 (4 a 6 anos)	2011
	Eixos estratégicos do Plano Nacional de Educação em Função da Nação 2014–2019					
Guatemala	Plano Estratégico de Educação 2016–2020. Comprometidos com a educação	Decreto Legislativo nº 12/1991, Ley de Educación nacional	1991	n/c	1993 (4 a 6 anos)	n/c
		Constituição Nacional/1993	1993	n/c		
Honduras	Plano Estratégico do Setor Educação 2017–2030	Decreto nº 262/2011 Lei Fundamental de Educação	2012	n/c	2012 (3 a 5 anos)	2011
México	Programa Setorial de Educação 2013–2018	Lei Geral da Educação/1993	1993	2018	1993 (3 a 5 anos)	2012
Nicarágua	Plano Estratégico de Educação 2011–2015	Lei nº 582/2006 Lei Geral da Educação	2006	2014	2006 (5 anos)	n/c
Panamá	Plano Estratégico do Ministério da Educação 2014– 2019	Lei nº 47/1946 Lei Orgânica do Ensino (O Direito Executivo nº 305 aprova o Texto Único da Lei 47 de 1946)	1946	2004	1995 (4 e 5 anos)	n/c
Paraguai	Plano Nacional de Educação para 2024	Lei nº 1.264/1998 Lei Geral da Educação	1998	n/c	2010 (5 anos)	2010
	Plano Estratégico de Educação Paraguai 2020. Atualizado como "Bases para um pacto social"	Lei nº 5.749/2017 da Carta Orgânica do Ministério da Educação	2017	n/c		
		Lei nº 4088 "Que estabelece a obrigatoriedade e gratuidade da educação inicial e da educação média" (5 años)	2010	n/c		
Peru	Projeto Educacional Nacional para 2021. "La educación que queremos para el Perú" ("A educação que queremos para o Peru")	Lei nº 28.044/2003 Lei Geral da Educação	2003	2012	2003 (3 a 5 anos)	2003
R. Dominicana	Plano Decenal de Educação da República Dominicana 2008 – 2018. "Un instrumento de trabajo en procura de la excelencia educativa" ("Um instrumento de trabalho à procura da excelência educacional")	Lei nº 66/1997 Lei Geral da Educação	1997	n/c	1997 (5 anos)	2010
		Decreto nº 03/2013 Modifica a estrutura acadêmica do sistema educacional dominicano	2013	n/c		
Uruguai	Programa Nacional de Educação 2010–2030. Contribuições da ANEP	Lei nº 18.437/2009 Lei Geral da Educação	2009	2012	2009 (4 e 5 anos)	2009
Venezuela (RB)	<i>Não há registro</i>	G.O. nº 5.929/2009 Lei Orgânica de Educação	2009	n/c	1980 - LOE nº 2635 (3 a 5 anos)	1999

Fonte: SITEAL, com base em informações obtidas nos sites oficiais de cada país.

Atualmente, a etapa de escolarização obrigatória tem duração de 15 anos no México, 14 anos na Argentina, Bolívia, Brasil, Honduras, Peru, Uruguai e Venezuela; 13 anos no Chile, Costa Rica, Equador, Paraguai e República Dominicana; 12 anos em El Salvador e Guatemala; 11 anos no Panamá; 10 anos na Colômbia; 9 anos em Cuba e 7 anos na Nicarágua.

Essa mudança na estrutura normativa de cada um dos países leva a uma profunda transformação implícita em suas agendas educacionais. Ampliar a duração do ciclo obrigatório implica, previamente, na obrigação do Estado de garantir uma oferta educacional universal e de qualidade em cada um dos níveis contemplados no novo cenário. Por exemplo, historicamente, a demanda por instituições de ensino nos níveis inicial e superior foi centrada principalmente nas áreas urbanas e peri-urbanas, e em setores sociais localizados nos estratos médio e alto da escala socioeconômica. O novo marco regulatório, por outro lado, exige agora a garantia de uma oferta educacional em áreas geográficas ou sociais onde antes não existia, como nas zonas rurais ou em espaços de residência dos setores mais marginalizados.

Em segundo lugar, o novo horizonte da política educacional dos países, que obriga cada Estado a garantir a totalidade do ciclo compulsório a cada um de seus habitantes, leva à necessidade de promover ações que permitam a reinserção escolar daqueles que, por diferentes razões, interromperam suas trajetórias educacionais e reforçar o vínculo escolar com aqueles que estão em risco de abandonar a escola.

Finalmente, a obrigação de garantir o direito à educação de maneira universal remete à necessidade de erradicar toda forma de discriminação no funcionamento dos sistemas educacionais, uma característica fundamental das instituições escolares inclusivas.

Como se verá, os estados dos países da região estão avançando de maneira articulada nessas diferentes dimensões da política educacional. Mesmo assim, o desafio de universalizar essa etapa educacional ainda é um desafio pendente em todos os países da região. Em meados da década de 2010, no Chile, 84,3% dos jovens entre 25 e 35 anos a completaram. Na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Panamá, Peru e Venezuela, foram entre 71% e 59%. Enquanto isso, no outro extremo estão o Uruguai, a Guatemala e Honduras, onde entre 37,9% e 24,3% dos jovens entre 25 e 35 anos completou a escolarização obrigatória.

Período de escolaridade obrigatória e percentual da população entre 25 e 35 anos que o completou. América Latina, 19 países

País	Idade																	% da população entre 25 e 35 anos que completou o período de escolaridade obrigatória (cca. 2015)	
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16		17
Argentina																			69,7
Bolívia																			59,2
Brasil																			62,6
Chile																			84,3
Colômbia																			70,0
Costa Rica																			47,6
Cuba																			s/d
Equador																			53,8
El Salvador																			47,4
Guatemala																			28,6
Honduras																			24,3
México																			45,1
Nicarágua																			56,0
Panamá																			64,8
Paraguai																			56,7
Peru																			71,5
R. Dominicana																			53,9
Uruguai																			37,9
Venezuela																			60,1

 Período de escolaridade obrigatória

Nota: as informações da Argentina correspondem apenas às áreas urbanas.

Fonte: SITEAL, com base nas Leis de Educação e nas Pesquisas Domiciliares de cada país.

Políticas educacionais de inclusão e equidade

A política educacional voltada à etapa de escolaridade obrigatória é conformada pelo conjunto articulado, regulado e direcionado de investimentos, bens, serviços e transferências que os Estados visam para garantir o direito à educação. Contempla também as decisões e a capacidade que cada Estado demonstra para sustentar o sistema educacional e reduzir as diferenças de escolaridade entre os diferentes grupos sociais.

Os recursos dos Estados destinados a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população dentro do sistema educacional estão concentrados em pelo menos quatro focos. O primeiro foco de intervenção da política educacional são os professores. A maior parte dos recursos destinados à educação é usada para a formação inicial, o trabalho dos docentes e os salários. O segundo foco de intervenção é a infraestrutura educacional. Um volume importante de recursos é destinado a manter, expandir, reabilitar, equipar e fornecer tecnologia para a rede de serviços educacionais. Um terceiro foco de intervenção da política educacional são os recursos e ações para definir os conteúdos curriculares e estabelecer modelos para sua gestão nas escolas. Por fim, em muitos casos mobilizando recursos de e para os focos de intervenção mencionados anteriormente, registra-se uma série de ações para expandir as oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem dentro do sistema educacional.

Em cada um deles, as ações que compõem a agenda atual têm em si um forte conteúdo de equidade e inclusão. Como já se observou, em quase todos os casos os esforços voltados para a construção de novas instituições de ensino ou para a ampliação das já existentes têm um caráter fortemente equitativo, pois buscam ampliar a disponibilidade de locais para incorporar novos grupos de alunos historicamente isolados dos sistemas educacionais. Muitas dessas ações também têm uma ênfase clara e explícita na equidade, abordando áreas negligenciadas em relação à oferta educacional. A tabela a seguir lista algumas dessas ações.

Infraestrutura, equipamentos e incorporação de tecnologia	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
"Centros de Apoyo Integral Pedagógico" ("Centros de Apoyo Pedagógico Integral", em tradução livre) - CAIPs (Bolívia)	Crianças que residem em penitenciárias
"Yo Elijo mi PC" ("Eu escolho meu PC") (Chile)	Adolescentes matriculados em escolas pertencentes aos 40% mais vulneráveis da população, com alto desempenho acadêmico.
Programa Nacional de Infraestrutura para a universalização da educação com qualidade e equidade (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes.
"Unidades educativas del milenio" ("Unidades Educacionais do Milênio") e "Programa de Infraestructura educativa" ("Programa de Infraestrutura Educacional") (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis
"Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa" ("Programa de Inclusão e Equidade Educacional") (México)	Adaptação de instituições de ensino a estudantes com deficiência
"Proyecto Educativo de Área" ("Projeto de Educação de Área") (PEA) - "Programa Escuela Viva II" ("Programa Escola Viva II") (Paraguai)	Populações localizadas nos setores rurais mais vulneráveis do país, melhorar a qualidade do nível de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos alunos
"Programa Nacional de Edificaciones Escolares" ("Programa Nacional de Construção de Escolas") (PNEE) (República Dominicana)	Escolas de nível básico e médio em 21 das 31 províncias do país

Fonte: SITEAL, com base em informações obtidas nos sites oficiais de cada país.

Um dos pontos principais onde se identificam os maiores esforços para fornecer equidade e inclusão aos sistemas educacionais está relacionado ao currículo, às modalidades educacionais e à gestão escolar. A irrupção de crianças e adolescentes nas salas de aula com novos perfis sociais e culturais, como resultado do processo de expansão e inclusão educacional, leva à necessidade de promover diferentes dinâmicas institucionais, novos formatos e propostas educacionais. Isso contempla, em primeiro lugar, estratégias que permitem a reintegração escolar daqueles que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas. Também inclui propostas específicas para alunos com alto nível de atraso educacional.

Em segundo lugar, aqui são consideradas ações orientadas a erradicar as diferentes formas de discriminação que persistem no funcionamento regular dos sistemas educacionais, uma condição necessária para avançar no pleno

exercício do direito à educação. Entre eles, destacam-se todos os programas específicos voltados à inclusão de alunos indígenas e a aqueles que possuem algum tipo de deficiência. Isso implica a revisão de currículos e estratégias pedagógicas, bem como o redesenho das dinâmicas institucionais.

Currículo, modelo de gestão e modalidades educacionais	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
"Programa Asistiré" ("Programa Acompanharei")(Argentina)	Modelo de gestão voltado para inclusão com base no acompanhamento
Programa de Alfabetização "ENCUENTRO" ("ENCONTRO") (Argentina)	Modalidade educacional voltada para pessoas a partir de 15 anos e analfabetas, incluindo a população em situação de privação de liberdade.
Programa Centros de Apoio Integral Pedagógico - CAIPs (Bolívia)	Modalidade educacional e currículo adaptado às crianças que vivem em penitenciárias.
Programa Nacional de Alfabetização e Pós-Alfabetização (Bolívia)	Modalidade educacional destinada a pessoas a partir de 15 anos que residem principalmente em zonas rurais
Contigo Aprendo (Chile)	Modalidade educacional destinada a pessoas com menos de 15 anos que nunca acessaram o sistema educacional ou que não completaram pelo menos o 4º ano da educação básica
"Todos Aprender": Programa para a Transformação da Qualidade Educacional (Colômbia)	Modelo de gestão orientado para inclusão com base em monitorias
Programa Nacional de Alfabetização (Colômbia)	Modalidade educacional voltada para adolescentes e jovens com mais de 15 anos e para a população em situação de deslocamento
Programa Nacional de Etnoeducação (Colômbia)	Modalidade educacional orientada a grupos étnicos
"Yo me apunto" ("Eu me inscrevo") (Costa Rica)	Modalidade educacional voltada para alunos do 3º ciclo de Educação Geral Básica e Educação Diversificada com escolaridade não concluída
"Siempre es momento para aprender" ("Sempre é hora para aprender") (Equador)	Modalidade educacional voltada para adolescentes e jovens de até 21 anos com atraso escolar severo ou escolaridade não concluída
"Siempre es momento para aprender" ("Sempre é hora para aprender") (Equador)	Modalidade educacional voltada para adolescentes e jovens de até 21 anos com atraso escolar severo ou escolaridade não concluída
Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade (Equador)	Conteúdo digital em línguas indígenas

"Sistema Integrado de Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno" ("Sistema Integrado de Escola Inclusiva de Tempo Integral") (El Salvador)	Modelo de gestão voltado à inclusão baseado, entre outras estratégias, na extensão da jornada escolar
Programa Nacional de Alfabetização (PNA) (El Salvador)	Modalidade educacional voltada para pessoas com mais de 15 anos analfabetas que incorpora a linguagem de sinais salvadorenha (LESSA) e o sistema Braille
Estratégia de Reformulação do "Currículo Nacional Base" (CNB) ("Base Nacional Curricular") do Ciclo da Educação Básica (Guatemala)	Reformulação do "Currículo Nacional Base" (CNB) do Ciclo Básico com relevância cultural e linguística
Programa "Modelos Flexibles para la Educación Media" ("Modelos flexíveis para o programa de educação média") (Guatemala)	Modalidade educacional flexível destinada a pessoas que, devido a compromissos familiares, trabalho, baixos recursos econômicos, migração, localização geográfica em que residem, não podem frequentar a escola
Programa Hondurenho de Educação Comunitária - PROHECO (Honduras)	Oferta educacional de base comunitária em regiões de difícil acesso e alta concentração de população socialmente vulnerável
Programa de Educação Infantil e Básica para a população rural e indígena (México)	Oferta educacional de base comunitária em áreas geográficas com alta concentração de população indígena
Programa de Alfabetização e Redução da Recessão Educacional 2014-2018 (México)	Modalidade educacional voltada para pessoas de 10 a 14 anos analfabetas ou com educação primária (anos iniciais do ensino fundamental) incompleta
Campanha Nacional de Alfabetização "De Martí a Fidel" (Nicarágua)	Modalidade educacional voltada para comunidades de difícil acesso e sem acesso à energia elétrica
"Paraguay Lee y Escribe" ("Paraguai Leia e escreva") (Paraguai)	Modalidade educacional voltada para jovens e adultos analfabetos maiores de 15 anos
"Muévete por Panamá" ("Mova-se pelo Panamá") (Panamá)	Modalidade educacional voltada para pessoas analfabetas com mais de 15 anos
Programa "Tecnoedúcame" ("Tecnoeduque-me") (Panamá)	Modalidade educacional dirigida a jovens com mais de 15 anos em situação de risco social e que não completaram a educação secundária (anos finais do ensino fundamental e ensino médio)
Programa de teleducação (Panamá)	Modalidade educacional dirigida a jovens com mais de 15 anos com escolaridade não concluída e que residem em áreas de difícil acesso
Programa de Alfabetização (Peru)	Modalidade educacional voltada para pessoas analfabetas com mais de 15 anos

Programa para Pessoas com Deficiência (República Dominicana)	Modelo de gestão orientado à inclusão de jovens com deficiência
Plano Nacional de Alfabetização "Quisqueya Aprende Contigo" (República Dominicana)	Modalidade educacional orientada a jovens e adultos analfabetos
"Escuelas de Tiempo Completo" ("Escolas em tempo integral") (ETC) (Uruguai)	Modalidade educacional para uma população socialmente vulnerável
Programa "Aulas Comunitarias" ("Salas de aula comunitárias") (Uruguai)	Modalidade educacional de base comunitária destinado a adolescentes de 13 a 17 anos
Missão Robinson (Venezuela)	Modalidade educacional destinado a crianças e adolescentes com escolaridade não concluída e conteúdo pedagógico em línguas indígenas

Fonte: SITEAL, com base em informações dos sites oficiais de cada país.

O desenvolvimento dessas novas modalidades e novos formatos institucionais é acompanhado por novas expectativas na formação de docentes, tutores e gestores. Parte da capacitação para atuar nesses novos contextos educacionais compõe a formação inicial e regular dos professores, mas também estão sendo desenvolvidas ações especificamente pensadas para consolidar o caráter inclusivo e equitativo do sistema. A tabela a seguir lista algumas dessas ações.

Formação docente (inicial e em serviço)	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
"Todos Aprender": Programa para a Transformação da Qualidade Educacional (Colômbia)	Formação de tutores para fortalecer a interação docente/comunidade educacional de instituições de ensino com baixo desempenho
Programa Nacional de Infraestrutura para a universalização da educação com qualidade e equidade (Equador)	Formação e renovação do corpo docente através do incentivo à aposentadoria voluntária. Áreas geográficas com alta concentração de crianças em situação de vulnerabilidade social, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes
Unidades Educativas do Milênio (Equador)	Formação docente centrada no uso de TIC e na atenção ao aluno socialmente vulnerável. Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis
Programa Cerrando la brecha de conocimiento ("Programa Fechando a lacuna de conhecimento") (El Salvador)	Formação docente orientada à criação de ambientes para o ensino e a aprendizagem através do uso de tecnologia

Programa Professores Comunitários (Uruguai)	Formação docente para o acompanhamento personalizado de estudantes
"Programa Educativo Logros de Aprendizaje" ("Programa Educacional Conquistas de Aprendizagem") (Peru)	Formação de professores do 2º ao 7º ciclo da Educação Básica Regular. Instituições públicas de ensino, dirigidas especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social e/ou que necessitam de apoio especial

Fonte: SITEAL, com base em informações dos sites oficiais de cada país.

No conjunto de experiências agrupadas no foco "inclusão e equidade", destacam-se as que dependem do repasse direto de recursos financeiros e bens (alimentos, livros didáticos, uniformes, entre outros) para famílias, crianças e adolescentes escolarizados ou, ainda, para os responsáveis pela gestão das instituições de ensino.

A lista abaixo apresenta exemplos deste tipo de iniciativas. Em alguns casos, como as transferências condicionais de renda, a identidade do programa é, justamente, a transferência de recursos. Em outros casos, como o das escolas de tempo integral, a transferência de recursos é um componente vital para o seu funcionamento.

Transferência direta de renda e bens orientada à inclusão e equidade
"Asignación Universal por Hijo" ("Atribuição Universal por Filho" / AUH) (Argentina)
Programa Nacional de Alimentação Complementar Escolar (Bolívia)
Programa Bolsa Família/Programa Nacional de Alimentação Escolar/Programa Nacional do Livro Didático (Brasil)
Bolsa Conquista Escolar/Bolsa de Apoio à Retenção Escolar (Chile)
"Programa de Alimentação Escolar"/"Mais Famílias em Ação"/"Avancemos" (Colômbia)
Programa de Bolsas de Estudo/Programa de Alimentação e Nutrição Escolar Transporte estudantil (Costa Rica)
"Bono de Desarrollo Humano" ("Fundo de Desenvolvimento Humano")/Programa de Alimentação Escolar (Equador)
Programa "Vaso de Leche Escolar" ("Copo de Leite Escolar")/Entrega de Uniformes, Calçados e Material Escolar Alimentação e Saúde/Sistema Integrado de Escola Inclusiva em Tempo Integral (El Salvador)
"Mi Bono Seguro" ("Meu Crédito Seguro")/"Programa Tarjeta para Alimentos" ("Programa Cartão de Alimentação")/"Comprometidos con Primero" ("Comprometido com o Primeiro") (Guatemala)
"Bono Vida Mejor" ("Crédito Vida Melhor")/ Programa Escolas Saudáveis (Honduras)
"Programa Albergues Escolares Indígenas" ("Programa abrigos escolares indígenas") "Programa Libros de Texto" ("Programa Livros Didáticos")

"Inclusión Educativa" ("Inclusão Educacional") (México)
"Programa Integral de Nutrición Escolar" ("Programa Integral de Nutrição Escolar" / PINE) (Nicarágua)
"Programa Beca Universal" ("Programa Bolsa Universal") (Panamá)
"Programa de Provisión de Útiles Escolares" ("Programa de Provisão de Materiais Escolares") / "Programa Tekoporá" / "Escuela Viva" ("Escola Viva") (Paraguai)
"Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres" ("Programa Nacional de Apoio Direto aos mais Pobres") - Juntos / Jornada Escolar Completa (Peru)
Programa de Alimentação Escolar (PAE) / "Progresando con solidaridad" ("Progredindo com solidariedade") (República Dominicana)

Fonte: SITEAL, com base em informações dos sites oficiais de cada país.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



**Instituto Internacional de
Planejamento Educacional**
• IPE UNESCO Buenos Aires
• Escritório para a América Latina

SITEAL

INCLUSÃO E
EQUIDADE EDUCACIONAL

